

29º Exame de Ordem - 2ª fase - 2005

Direito Comercial

1. A Companhia de Bebidas Kentes pretende ajuizar medida com o fim de declarar a anulação de cláusula constante de contrato de mútuo, celebrado com o Banco Empresa Fácil S/A, no qual ficou estipulado o penhor de 40.000 (quarenta mil) litros de álcool de sua propriedade. A consulente se baseia na alegação de que tal garantia não se constituiu, porque os bens sempre se mantiveram na sua posse, cabendo salientar que o contrato celebrado entre as partes foi registrado no R.G.I..

Como advogado, elabore um parecer sobre a probabilidade ou não de sucesso (êxito) processual da Companhia de Bebidas Kentes, em face dos dados fáticos ora relatados.

ADVOGADO: ALBERTO COPACABANA

OAB Nº 333

2. Munhoz Granitos Ltda. (autora) propôs em 10/10/2005, na 9ª Vara Cível da Comarca da Capital do Rio de Janeiro, ação ordinária em face de Paranaense Companhia Aérea S/A (ré), por conta de uma mercadoria sua, que havia sido transportada indevidamente pela ré, causando danos a serem apurados através do processo de conhecimento.

Ocorre que, em 20/01/2006, a empresa Ré - Paranaense Companhia Aérea S/A - teve sua falência decretada pela 1ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Rio de Janeiro.

Em vista do princípio do juízo universal e levando em conta os dispositivos da nova lei falimentar, responda onde terá curso a ação ordinária da autora. Justifique sua resposta, indicando o fundamento legal.

3. Em que situação o acionista pode utilizar o voto múltiplo e como este se processa?

Fundamente com o dispositivo legal aplicável.

4. Uma sociedade limitada possui quinze sócios, sendo doze majoritários e três minoritários, os quais representam um quinto do capital social. De que forma estes sócios minoritários podem assegurar a defesa de seus direitos? Aponte o fundamento legal.

5. É necessário o protesto do cheque para se propor ação de execução? Fundamente.

6. O Conselho Fiscal da Companhia de Roupas Excêntricas indica para a sociedade um contador de sua confiança para melhor desempenho de suas funções. Você, como acionista desta sociedade, frente à lei vigente, responda se é válida ou não esta providência.

Se a resposta for afirmativa, declare em que condições isso pode ocorrer. Se negativa, diga o porquê da proibição. Qualquer que seja seu entendimento, indique o fundamento legal.

Direito Penal

1. Caio foi condenado pelo III Tribunal do Júri, no último dia 5 de abril de 2006, em primeiro julgamento, por infração ao artigo 121, § 2º, II, CP, à pena de 18 anos de reclusão, determinando a sentença a expedição de mandado de prisão somente após o trânsito em julgado. O libelo afirmava que Caio teria efetuado quatro disparos de arma de fogo contra Tício, causa de sua morte, pelo motivo de estar paquerando Mevia, exnamorada de Caio, em uma festa "rave". Durante a instrução criminal, todas as testemunhas arroladas pelo Ministério Público, afirmaram que estavam

presentes na festa mas não ouviram os disparos porque o som estava muito alto, e nada viram. Já as três testemunhas de defesa, afirmaram terem passado a noite toda ao lado de Caio, sendo falsa a acusação, pois o mesmo não efetuou qualquer disparo e nem sequer estava armado, trajando apenas bermuda e camiseta. O laudo da perícia do local assegura que foram encontradas quatro cápsulas deflagradas, de munição, 380 próximas ao cadáver, enquanto que, no laudo de exame cadavérico foram observados quatro ferimentos característicos de entrada de PAF (projétil de arma de fogo). Não foi encontrada nenhuma arma no local ou mesmo em poder de Caio, que lá permaneceu sem evadirse. Em sede policial, determinada testemunha, não ouvida em juízo, havia informado que Caio era desafeto de Tício.

Na qualidade de advogado de Caio, intimado em plenário, na data do julgamento, elabore a medida jurídica tempestiva a ser adotada, deduzindo as respectivas razões, capazes de abranger todos os elementos enunciados na questão.

ADVOGADO: PEDRO LIMA

OAB Nº 111

2. Por volta das 15 horas de uma sexta-feira, na Avenida das Américas, na qual há fiscalização eletrônica de velocidade, cujo limite é de 80 km/h, José conduzindo seu carro à velocidade de 100 km/h, vem a atropelar Eva que, sem observar a situação de trânsito e fora da faixa de pedestres, imprudentemente iniciara a travessia, correndo. José ao ser surpreendido pela conduta de Eva, aciona rapidamente os freios de seu carro a fim de evitar o resultado lesivo, vindo a pará-lo bruscamente sem, no entanto, evitar a colisão do mesmo com o corpo da vítima que é lançado ao solo. Diante da situação, José presta-lhe imediato socorro, aguardando a chegada das autoridades policiais, bem como da ambulância do corpo de bombeiros. Não obstante o pronto e imediato socorro realizado por José, a vítima vem a falecer horas mais tarde em decorrência das lesões sofridas. Preso em flagrante delito e conduzido à Delegacia Policial, o mesmo é acusado de ter incorrido na conduta prevista no art. 302 da lei 9.503/97 (homicídio culposo na direção de veículo automotor). Analise a decretação da prisão de José em flagrante delito e apresente sua tese defensiva acerca da tipificação imposta à sua conduta.

3. Maria deu a luz a um menino num hospital da rede pública. Ocorre que logo após o parto, quando a criança acabara de ser levada para a incubadora, Maria, sob evidente influência do estado puerperal, vai até o local aonde o recém-nascido estava e o ataca, estrangulando-o e matando-o.

Morta a criança, todavia, descobre-se que Maria matara o filho de uma outra parturiente, que também havia parido no mesmo hospital, naquele dia.

Com este quadro, dê o correto enquadramento jurídicopenal da conduta de Maria, justificando e fundamentando sua resposta.

4. Tício foi condenado em conexão objetiva (art. 76, do CP) a dois crimes pelo II Tribunal do Júri: Extorsão mediante sequestro com resultado morte por uma vítima (art 159, § 3º do CP) e homicídio qualificado por outra vítima (art. 121, § 2º, II, do CP), sendo condenado a 24 anos de reclusão pela extorsão e 14 anos pelo crime de homicídio.

a) Poderá sua defesa técnica ingressar com recurso de protesto por novo júri?

Fundamente a resposta.

b) Pode o Ministério Público ingressar com recurso de protesto por novo júri em favor do réu?

Fundamente a resposta.

5. Vagner, funcionário público municipal, encontrava-se de serviço na caixa de recebimentos de impostos prediais, local próprio para atendimento de pessoas com tributos em atraso. No final do dia, ao invés de depositar todos os valores recebidos na conta da Fazenda Municipal, com a ajuda

do bancário José, desviou dois cheques, depositando-os em sua conta particular, pretendendo devolver a importância aos cofres públicos no prazo de 3 dias. Praticou Vagner algum crime? Por quê? Fundamente a resposta.

6. Serginho, no dia 15 de março do corrente, aproveitando-se do fato de que o porteiro do prédio estava namorando, entra no Edifício Paquera e sobe no elevador com D. Aurora, de 81 anos. No interior do referido elevador, Serginho deliberadamente e de maneira disfarçada, paralisa, e começa a fingir que estava apertando o botão de emergência. Após alguns instantes, D. Aurora começa a entrar em pânico e Serginho abre a porta do elevador no meio do caminho entre dois andares, escala a parede e sai dizendo que buscava socorro. D. Aurora começa a gritar para que ele a tirasse de lá, eis que o rapaz pede a mão de D. Aurora para puxá-la. Todavia, a velhinha não consegue dar a mão, tendo em vista que se encontrava com sua bolsa e uma sacola, além de ser portadora do mal de Parkinson. Assim, Serginho pede que ela lhe passe as bolsas para depois dar-lhe a mão. D. Aurora lhe entrega a bolsa e a sacola e fica aguardando que o rapaz a puxe. No entanto, Serginho some do local levando somente a carteira da senhora e abandonando-a sozinha no interior do elevador.

Analise a situação jurídicopenal de Serginho.

Direito Civil

1. Ivan celebrou contrato particular de promessa de compra e venda com Flávio. As partes estabeleceram o preço do imóvel, de propriedade de Ivan, em R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais), a ser pago em 18 (dezoito) prestações mensais de R\$ 10.000,00 (dez mil reais). No ato da celebração, conferiu-se a Flávio apenas a posse do imóvel, sendo a propriedade transmitida no momento em que fosse devidamente quitado todo o preço pactuado. No curso da relação contratual, Flávio deixou de pagar as parcelas mensais, levando Ivan a, primeiramente, constituir-lo em mora, para, em seguida, propor, como de fato o fez, a competente ação de rescisão contratual, hoje em curso perante a 8ª Vara Cível da Comarca da Capital. Nessa ação, à guisa de tutela de urgência, Ivan obteve também a posse direta do imóvel. Há poucos dias, Ivan descobriu que seu imóvel foi penhorado por decisão judicial proferida, pelo MM. Juízo da 26ª Vara Cível da Comarca da Capital, no âmbito da ação de execução proposta por José Carlos em face de Flávio. O imóvel penhorado não foi indicado por Flávio. Como se não bastasse a constrição, Ivan descobriu, também, que seu imóvel será levado à primeira praça na próxima semana.

Na qualidade de advogado de Ivan, adote a medida judicial cabível para resguardar os direitos dele sobre o imóvel.

ADVOGADO: JOÃO BOTAFOGO

OAB Nº 444

2. Tratando-se de pessoa jurídica estrangeira, com sede no exterior, onde se terá por seu domicílio, quanto às obrigações contraídas no Brasil, em suas diversas agências aqui situadas? Explique.

3. Tício, companheiro de Colpúrnica, faleceu deixando muitos bens, sendo uns adquiridos onerosamente durante sua união estável com Colpúrnica e outros havidos por herança de seus pais.

Divida a herança de Tício considerando que ele teve quatro filhos, sendo um anterior a sua união com Colpúrnica e três havidos de Colpúrnica.

4. Alberto, viúvo, faleceu deixando como parentes apenas a sua mãe e oito netos. Sabe-se que os netos são filhos de Oscar e Paulo, ambos pré-mortos, sendo apenas dois de Oscar e o restante de Paulo.

Diante dessa realidade, identifique os herdeiros de Alberto, assim como, indique os respectivos quinhões (porcentagem ou fração) de cada um dos herdeiros. Justifique e fundamente a sua resposta.

5. Como se denomina o Regime de Bens, em que cada cônjuge possui patrimônio próprio, cabendo-lhe, quando da dissolução da sociedade conjugal, direito à metade dos bens adquiridos pelo casal, a título ONEROSO, na vigência do casamento?

6. Lucas Fernandes Brandão, casado com Sueli Braz Brandão pelo Regime da Comunhão Parcial de Bens, morreu no dia 17 de fevereiro de 2006.

O casal tem 5 filhas: Júlia, Jacy, Joana, Jurema e Janete e uma neta, Patrícia, filha de Júlia.

Analise sua sucessão, sabendo que:

1- Lucas, na constância do casamento, recebeu por sucessão de seu pai, 3 apartamentos em Ipanema, Rio de Janeiro.

2- Na constância do casamento o casal adquiriu um sítio em Teresópolis, registrado em nome de Lucas.

Direito Trabalhista

1. João Carlos da Fonseca, nascido na cidade do Rio de Janeiro em 20 de junho de 1972, filho de Cléber Aguiar da Fonseca e Marívia Serpentina Fonseca, portador da CTPS nº 0123456, série 056 e da identidade 02.6789.345, IFP/RJ, inscrito no CPF sob o nº 333.777.999-55 e cadastrado no PIS sob o nº 11.333.000.008, trabalhou na empresa Beta Siderúrgica S.A., no período de 10 de janeiro de 2001 a 30 de janeiro de 2006, quando foi demitido sem justa causa. Trabalhava nos horários compreendidos entre 06:00 e 14:00 horas, 14:00 e 22:00 horas e ainda entre 22:00 e 06:00 horas, revezando semanalmente, sempre com intervalo de 30 minutos para refeição e descanso. Jornada que foi cumprida durante todo o contrato de trabalho sem qualquer pagamento decorrente da jornada de trabalho cumprida. Percebia como último salário a quantia de R\$ 55,00 por hora. Trabalhava na função de caldeireiro, com risco elevado (risco máximo) à sua integração física, durante todo o seu contrato de trabalho, sem nunca ter recebido qualquer equipamento de proteção individual (EPIs) ou pagamento correspondente. Quando dispensado, não percebeu as verbas rescisórias até a presente data.

Como advogado de João Carlos da Fonseca e levando em consideração os fatos narrados, formular a ação trabalhista adequada para que o trabalhador em questão possa reivindicar os seus direitos violados pelo empregador, com pedido formulado via tutela antecipada, justificando as condições processuais para o pedido da antecipação dos efeitos da tutela.

Indique como advogado de João Carlos da Fonseca:

NOME DO ADVOGADO: LUIZ FELIPE IPANEMA

INSCRIÇÃO NA OAB: OAB/RJ 6.030.158

ENDEREÇO DO ESCRITÓRIO DO ADVOGADO: Rua Brasil, 1.500, Rio de Janeiro, RJ

2. Informe como se processa o recurso ordinário no procedimento sumaríssimo, nos moldes dos dispositivos legais.

3. Gabriela laborava na casa do Sr. Jucá, "olhando" seus filhos. Gabriela dedicou sua vida, a zelar pela casa do Sr. Jucá. Porém, após 4 (quatro) anos laborando para Jucá (período de 2002/2006), Gabriela descobriu que estava grávida. Após, comunicar o fato a Jucá, foi logo dispensada, sem justa causa.

Gabriela, procurou o escritório modelo de uma faculdade, e o estagiário falou-lhe que teria estabilidade de 150 dias, e não poderia ser dispensada.

Analise os aspectos fáticos e jurídicos.

4. Um empregado tendo laborado no período de 01/02/2004 a 20/10/2005, afastou-se, no período aquisitivo de suas férias, por 170 dias, em razão

de acidente de trabalho e por mais 15 dias por faltas injustificadas. Tal empregado tem direito a férias, daquele período aquisitivo? Em caso positivo, quantos dias? Fundamente com os dispositivos legais consolidados.

5. Determinada pessoa foi contratada no Município do Rio de Janeiro, onde laborou no período de 3 (três) meses, sendo em seguida transferida para o Município de Taubaté - S.P., onde a empresa, apesar de não ter estabelecimento naquela cidade, presta serviços, lá permanecendo por 5 (cinco) anos, até a sua rescisão contratual.

Na hipótese de uma Reclamação Trabalhista movida pelo empregado, qual o foro competente, justificando a resposta.

6. Diga quais são as condições para admissibilidade do Recurso de Revista.

Direito Tributário

1. Empresa X tem um débito tributário com a União. A Procuradoria da Fazenda Nacional ajuizou Execução Fiscal, penhorando bens da empresa. A empresa quer participar de licitação pública, para a qual é necessária a Certidão Conjunta de Tributos Federais e Dívida Ativa da União; no entanto, o órgão local da Receita Federal, apesar da informação da Procuradoria de que a dívida está garantida, recusa-se a emitir a certidão, alegando que a empresa tem aquele débito tributário.

Redija petição de medida judicial urgente, para obrigar a Receita Federal emitir a pertinente certidão.

ADVOGADO: JUCA LARANJEIRA

OAB Nº 555

2. Defina as diferentes modalidades de lançamento para determinação da matéria tributável. Dê exemplo de cada um dos tipos.

3. Contribuinte recebeu, via correio, com aviso de recebimento, em 15/01/2006, citação de execução fiscal ajuizada pelo Município de Sebastiana do Norte, cobrando IPTU devido sobre o imóvel de propriedade do contribuinte, relativo ao ano de 1992. No extrato da certidão de dívida ativa consta a menção à notificação administrativa efetivamente recebida pelo próprio, que após o seu ciente, em 15/06/1997.

O juiz de primeira instância ordenou por despacho datado de 05/11/2005 a citação de devedor.

Como advogado contratado para defender o contribuinte que matéria de direito alegaria?

4. Defina, dando exemplos, o que é tributo direto e indireto.

5. Qual a diferença entre isenção e imunidade?

6. Tício, domiciliado no Brasil, recebeu honorários de causa ganha na Justiça portuguesa. O cliente nasceu em Angola, mas domiciliado em Moçambique, fez uma ordem bancária para Tício. O imposto de renda deve ser declarado e recolhido em que País? Explique o seu entendimento.

Direito Administrativo

1. João, após o pagamento de seu IPVA (IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES) do ano de 2006, resolve consultar o sistema do DETRAN/RJ, e descobre a existência de uma multa em seu nome, que nunca recebeu em sua residência. A notificação foi expedida em 23 de setembro de 2005, a data da lavratura do auto de infração pela Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, foi 01 de setembro de 2005, e sua fundamentação está no artigo 162, inciso II da Lei 9.503 de 23 de setembro de 1997. Na referida data, João estava no exterior, o

que pode ser comprovado por seu passaporte, tampouco conhece o local onde supostamente foi flagrado descumprindo a legislação de trânsito. Diante dos acontecimentos, elabore uma defesa administrativa, a fim de anular a penalidade imposta pelo Poder Público.

ADVOGADO: PEDRO LIMA

OAB Nº 111

2. Sendo o Maracanã um bem público, o que justificaria a cobrança de ingressos em dias de jogos de futebol naquele estádio? Justifique.

3. Recentemente, os policiais civis do Estado do Rio de Janeiro, com o intuito de reivindicar direitos previstos na Legislação Estadual, e que não são cumpridos pelo governo, organizaram uma greve, que resultou em paralisação de suas atividades normais, exceto na ocorrência de flagrantes, que eram prontamente atendidos. Podemos considerar a greve dos servidores acima descrita, à luz do direito brasileiro, como lícita? Justifique.

4. O Poder Público realizou licitação para execução de obras públicas. No edital e no contrato administrativo, constava que toda licença ambiental necessária para a realização da obra seria de responsabilidade exclusiva da contratante. Logo após assinatura do contrato e ordem para iniciar a execução dos serviços, a contratada solicitou que os documentos que comprovam o licenciamento ambiental fossem entregues, por ser de responsabilidade do contratante. Foi respondido que ainda não possuía tais documentos, e que no prazo de 180 (cento e oitenta) dias estaria entregando as licenças, regularizando assim as obras. Preocupada com tal omissão do Poder Público, a contratada notifica o contratante, informando que enquanto não estiver a obra licenciada a mesma ficará paralisada. O ato de paralisação da obra, por parte da contratada, é lícito? Justifique.

5. Área em torno de determinado gasoduto da Petrobrás foi invadida, se instalando uma comunidade de mais de trezentas famílias. Sabedores que se tratava de um duto onde passava gás, um grupo de moradores resolve perfurar o duto, com o intuito de aproveitar em suas residências aquele combustível. Contudo, em razão da grande pressão dentro do gasoduto, o mesmo vem a explodir, incendiando todo o local e matando dezenas de pessoas que haviam invadido o local. É possível atribuir responsabilidade civil ao Estado no caso em tela? Justifique.

6. Sendo o tombamento um instituto jurídico que visa a preservação de um bem com valor histórico e cultural, poderia um bem tombado ser desapropriado? Justifique.